

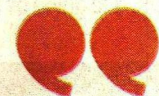
Périplo pelo uso do canabidiol

» ISA STACCIARINI
» ROBERTA PINHEIRO

Em busca de caminhos para avançar nas discussões sobre a liberação medicinal do Canabidiol (CBD), uma das substâncias derivadas da maconha que auxilia na diminuição de convulsões relacionadas a doenças raras, um grupo de quatro pais esteve reunido com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF) e do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

As famílias protocolaram documentos nas entidades reivindicando a classificação do remédio como substância de uso terapêutico controlado. A intenção é reunir o posicionamento de instituições em defesa dos direitos humanos e órgãos que contam com profissionais de saúde, como farmacêuticos e médicos. Depois, os relatórios serão enviados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a fim de acelerar a decisão sobre a reclassificação da substância para medicamento controlado por receita, como ocorre com os antibióticos.

Os familiares de crianças e jovens diagnosticados com síndromes raras moram em João Pessoa e chegaram à capital no domingo para acompanhar as discussões em torno do medicamento. Na segunda-feira, eles participaram de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que vai preparar dois relatórios sobre a liberação do uso da maconha.



Temos urgência do medicamento. A discussão no Senado foi um avanço, pois conseguimos mostrar a distinção entre o uso medicinal e o recreativo"

Sheila Geriz, 40 anos, mãe de uma criança de 5 anos que usa canabidiol contra as convulsões

Bioética

Na manhã de ontem, as famílias estiveram com o advogado representante da OAB-DF, Kleber Pessoa de Melo. Segundo ele, foi protocolado um pedido de apoio para apressar a autorização do uso da cannabis perante a Anvisa. "Vamos analisar a situação no âmbito da Comissão de Bioética, Biotecnologia e Biodireito da OAB-DF e emitir um parecer após as discussões. Ainda não há uma data definida para isso, mas os representantes da comissão vão se reunir daqui a 15 dias", esclarece.

Sheila Geriz, 40 anos, e Júlio Américo Pinto Neto, 49 anos, são pais de Pedro Américo Geriz Pinto,

que completou 5 anos na segunda-feira. O menino apresentava cerca de 30 convulsões por dia e, depois de fazer uso do CBD, passou a ter 10 crises diárias. A mãe, servidora pública, utiliza o remédio há apenas um mês e durante esse período percebeu a melhora do filho. "Necessitamos que as instâncias em defesa dos direitos humanos nos ajude e nos apoie nessa luta. A autorização legal vai beneficiar inclusive outros pais. Temos urgência do medicamento. A discussão no Senado foi um avanço, pois conseguimos mostrar a distinção entre o uso medicinal e o recreativo", disse.

Para a funcionária pública Cibele Fernandes, 36 anos, a regulamentação do remédio no país precisa acontecer urgente. Ela tem dois filhos diagnosticados desde o nascimento com síndromes raras. Com o uso do CBD, há um mês, o primogênito de Cibele, João Victor Fernandes, 14 anos, conseguiu se sentar sozinho. O mais novo, Samuel Fernandes, de 12 anos, que tinha mais de 10 convulsões por dia, chegou a ficar três dias sem crises. "A nossa luta é urgente", afirma.

A servidora pública Luciana Bezerra, 39 anos, é mãe de Vitor Bezerra, 21, que desde aos 5 meses recebeu o diagnóstico da síndrome de Dandy Walker e má formação de Chiari. Há 17 dias, ele usa o medicamento e as crises reduziram em quantidade e em intensidade. "Precisamos de autorização para comprar o CBD sem medo porque liminar se derruba a qualquer momento. O uso do remédio precisa ser contínuo, diário e ininterrupto", avalia.

Breno Fortes/CB/D.A Press



Sheila, Júlio, Cibelle, Luciana e Cassiano querem a liberação do uso medicinal de substâncias da maconha